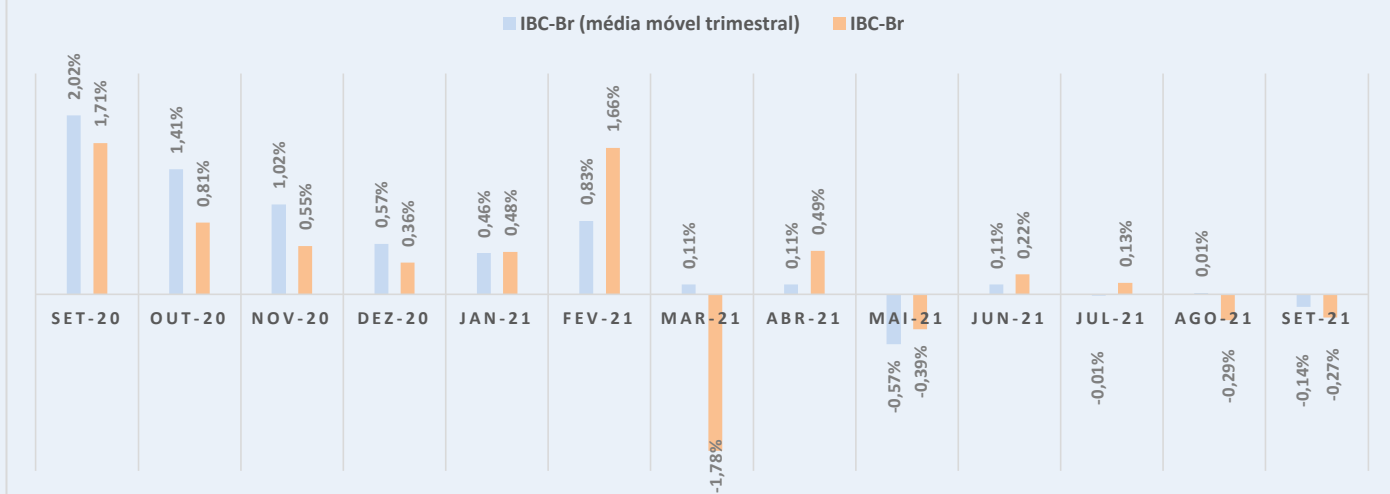


A ECONOMIA BRASILEIRA DÁ SINAIS DE RETRAÇÃO NO 3º TRI 21

GRÁFICO Nº 1 - ÍNDICE DE ATIVIDADE ECONÔMICA DO BANCO CENTRAL (IBC-BR) - COM AJUSTE SAZONAL - SET/20 A SET/21 - BCB - NÚCLEO DE PESQUISA IEL/FIEA



A economia brasileira dá sinais de enfraquecimento em seu nível de atividade econômica, como pode ser observado pela média móvel trimestral do IBC-Br (Proxy da taxa de crescimento do PIB do País). De acordo com o gráfico nº 1, a partir de julho tal média vem registrando resultados negativos bem abaixo dos observados de setembro de 2020 a fevereiro de 2021. Isto explica o porque das revisões para baixo das estimativas do mercado financeiro para o crescimento do PIB brasileiro tanto em 2021, que passou de 5,2% no final de junho para 4,8% em meados de setembro, como para 2022, ou seja, 2,1% para 0,7%, respectivamente, nesse período. É importante observar que grandes bancos, a exemplo do Itaú, começam a trabalhar com um cenário de recessão em 2022, ou seja, queda de 0,5% do PIB.

No caso da indústria, a média móvel trimestral passa de -0,1% em julho para -0,7% em setembro. Como ressalta o IEDI, “o revés industrial é claro: no final do ano passado encontrava-se em um nível 3,3% acima do pré-pandemia e agora, em set/21, sua produção está 3,2% abaixo deste patamar, referente a fev/20. Em 2021 perdeu-se o que havia

ganhado na saída do choque da Covid-19, tanto é que set/21 frente a dez/20 resulta em queda de 6,3%”.

Os principais fatores por trás dessa nítida perda de dinamismo da economia brasileira são a descontinuidade do auxílio emergencial por um certo período este ano, taxa de desemprego ainda acima de 13%, com perspectiva de ajuste lento ao patamar médio de 9,5% (1995-2020), e perda de poder de compra das famílias em função da aceleração da taxa de inflação, impactando fortemente os níveis de renda mais baixos. Ademais, o ciclo de alta da taxa básica de juros tem se refletido no custo do crédito para as famílias, crucial para o financiamento das compras de bens de consumo duráveis, e no capital de giro das empresas. Sem falar que taxa livre de risco em ascensão em uma economia com elevada incerteza aumenta o custo de oportunidade de investimentos privados no setor real da economia.

Os resultados negativos apresentados pela economia brasileira no segundo semestre começam a se refletir nos indicadores de confiança empresarial e de consumo das famílias. No primeiro caso, segundo a CNI, em novembro de 2021, o Índice de Confiança do

Empresário Industrial (ICEI) caiu **1,8 ponto, para 56 pontos**. Apesar dos empresários continuarem confiantes, nos últimos três meses o índice acumula queda de 7,2 pontos, o que mostra que a confiança se tornou mais fraca e menos disseminada no período. O Índice de Confiança do Consumidor (ICC) da FGV-IBRE, por sua vez, caiu **1,4 ponto em novembro, para 74,9 pontos**. Segundo a FGV, o menor valor desde abril (72,5 pontos). Em termos de médias móveis trimestrais, o ICC caiu 2,3 pontos, para 75,5 pontos, sendo o terceiro mês consecutivo de retração. Por esta razão, o mercado vem revisando para baixo a taxa de crescimento do consumo das famílias para 2021 e 2022. De acordo com a pesquisa semanal FOCUS do BCB, a mediana das expectativas para as despesas de consumo das famílias em meados de novembro é de crescimento de 4% em 2021 e 1,1% em 2022, contra 4,2% e 1,8%, respectivamente, no final de outubro. O risco da inflexão para baixo dos indicadores de expectativas dos agentes econômicos é a consolidação de um quadro de maior pessimismo, principalmente em um contexto de incerteza econômica e política.

PRESSÃO INFLACIONÁRIA MANTÉM EXPECTATIVA DE ALTA DA SELIC

A pressão dos choques de oferta sobre a taxa de inflação (IPCA), que é um fenômeno global acarretado pela Covid19, tem levado o Banco Central do Brasil a puxar a taxa básica de juros selic para um nível cada vez mais restritivo para a atividade econômica. A preocupação do BCB é evitar que as

expectativas de inflação de médio e longo prazo fiquem desancoradas, ou seja, acima do centro da meta definido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) para 2022, 2023 e 2024, uma vez que em 2021, de acordo com o relatório FOCUS de 22/11/2021, o IPCA deverá fechar o ano a 10,12%, muito acima

da meta de 3,75%. As perspectivas em termos de expectativas do mercado para a inflação de 2022 também não são nada animadoras e isto coloca mais pressão sobre o Banco Central. Ainda segundo o FOCUS, o mercado espera IPCA próximo a 5% em 2022 acima da meta de 3,5%, e já começa

para um período mais longo, como 2023 e 2024. No primeiro caso a estimativa é de IPCA de 3,42% contra meta de 3,25% e em 2023 de 3,10% e 3,0%, respectivamente. Para evitar o risco do descontrole inflacionário a mediana do mercado projeta taxa selic de 11,25% no final de 2022, mas os mais pessimistas já estimam taxas de 14%aa.

O grande problema colocado para o Banco Central é que forçar a mão na taxa de juros não parece ser a melhor estratégia para enfrentar os fatores que estão por trás da taxa de inflação corrente, que nos últimos doze meses atingiu o patamar de 10,67%aa, e no tocante às expectativas futuras de inflação. No primeiro caso, parte significativa do IPCA de 2021 será determinado pelo aumento dos preços dos alimentos, efeito seco e aumento dos preços das commodities; energia elétrica, níveis baixos nos reservatórios e uso de termoelétricas; e

combustíveis, cujos aumentos decorrem da desvalorização cambial e da elevação da cotação do barril de petróleo em nível internacional com impactos negativos sobre os custos de transportes. Aumento de juros são pouco eficazes para combater este tipo de choque, como admitido pelo próprio Regime de Metas de Inflação adotado pelo BCB, mas tem reflexos negativos importantes sobre o nível de atividade econômica, em função do aumento dos custos dos financiamentos às famílias e às empresas, como também sobre os serviços da dívida pública expressivamente financiada por papéis referenciados na taxa básica de juros (selic).

Mesmo reconhecendo as limitações da política monetária de juros altos para fazer frente aos choques de oferta, O BCB defende sua estratégia alegando que no balanço de riscos as incertezas do ponto de vista fiscal

estão pensando os efeitos benignos sobre o IPCA da elevada capacidade ociosa da economia brasileira, da ordem de 4%. Aqui cabe duas observações.

Do ponto de vista estrutural, segundo a FGV, tirando os efeitos dos ciclos econômicos e das despesas e receitas não recorrentes, a situação fiscal brasileira é de relativo equilíbrio desde 2017, o que não justifica o nervosismo do mercado. Todavia, há o risco eleitoral e a incerteza quanto à política macroeconômica a ser adotada no País a partir de 2023 e isto também tem deixado o mercado bastante apreensivo, contaminando as expectativas de inflação de longo prazo. Ocorre que aumento de juros não terá nenhuma eficácia quanto a este risco podendo, inclusive, aumentá-lo em função dos seus efeitos negativos sobre o nível de atividade econômica e a dívida pública.

A PRODUÇÃO INDUSTRIAL BRASILEIRA EM AGOSTO DE 2021

A indústria brasileira em setembro de 2021 registrou variação de -0,4% na produção, no levantamento com ajuste sazonal. Na comparação com o mesmo mês em 2020 a produção industrial caiu 3,9%, bem abaixo do resultado de agosto quando recuou 0,7% na mesma métrica. Na avaliação do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento da Indústria (IEDI), “o ano de 2021 se aproxima do fim e o quadro industrial continua sem progressos. A produção da indústria perdeu todo o avanço que obteve na

segunda metade de 2020 e hoje se encontra menor do que era antes do choque da Covid-19. Este conjunto de resultados recentes da indústria distancia o setor de uma trajetória consistente de crescimento e compromete os esforços necessários de modernização, no ritmo e na intensidade exigidos, para acompanhar as tendências globais em direção à indústria 4.0 e à sustentabilidade ambiental”. Ainda segundo o IEDI, “a utilização da capacidade instalada da indústria de

transformação, de acordo com a série da FGV com ajustes sazonais, voltou a reagir em set/21 e ficou em 80,2%, avançando para 81,3% em out/21. Assim, mais uma vez superou a média histórica anterior à Covid-19, que é de 79,5%. Apesar disso, permaneceu um pouco abaixo do patamar imediatamente anterior à crise de 2014-2016, que era de 82,6% no 1º trim/14.”

Variações da Produção Industrial - Setembro 2021 - %

	No mês (com ajuste sazonal)	Mesmo mês ano anterior	No ano	Doze meses
Indústria Geral	-0,4	-3,9	7,5	6,4
Bens de capital	-1,6	15,0	38,2	31,7
Bens intermediários	-0,1	-3,6	5,9	5,7
Bens de consumo	0,7	-8,7	4,5	3,0
Bens de consumo duráveis	-0,2	-22,3	13,1	9,5
Semiduráveis e não duráveis	0,2	-5,0	2,5	1,5
Extrativa Mineral	-0,3	3,2	1,2	-0,8
Transformação	-0,2	-4,8	8,4	7,4

Fonte: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal - Elaboração Própria

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE ALAGOAS – FIEA

PRESIDENTE

José Carlos Lyra de Andrade

1º VICE PRESIDENTE

José da Silva Nogueira Filho

DIRETOR EXECUTIVO

Walter Luiz Jucá Sá

GERENTE UNITEC

Helvio Braga Vilas Boas

INSTITUTO EUVALDO LODI – IEL

DIRETOR REGIONAL

José Carlos Lyra de Andrade

SUPERINTENDENTE

Helvio Braga Vilas Boas

COORDENADORA DE INOVAÇÃO E PESQUISA

Eliana Maria de Oliveira Sá

ELABORAÇÃO

Núcleo de Inovação e Pesquisa IEL/AL

EQUIPETÉCNICA

Eliana Maria de Oliveira Sá

CONSULTORES

Luciana Peixoto Santa Rita

Reynaldo Rubens Ferreira Junior

ESTAGIÁRIOS

Bernardo Leão Andrade Cavalcanti

Luana Santos Leite

Marcus Vinicius de Oliveira C Barbosa

Morgana Maria Machado Moura

CONTATO: (82) 2121-3079